



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570476 - SC (2020/0079366-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUIZ CLAUDIO BRAND (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LUIZ CLAUDIO BRAND contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação Criminal n. 0009249-66.2019.8.24.0033).

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 1 anos e 4 meses e 10 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, pela prática do crime tipificado no artigo 155, 4º, I, cc artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal,.

Interposta apelação pela defesa, a Corte Estadual conheceu em parte e negou provimento ao recurso, em acórdão assim resumido (fls. 209/210):

APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO (ART. 155. § 4o. I. C/C ART. 14. II. AMBOS DO CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DO

RÉU. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. INVIABILIDADE. ROMPIMENTO COMPROVADO POR OUTROS MEIOS DE PROVA PRESENTES NOS AUTOS. MAJORANTE MANTIDA.

- "O laudo pericial é prescindível para comprovar o rompimento de obstáculo, quando há outros meios de prova nos autos que o demonstram" (Apelação Criminal n. 0000943-05.2014.3.24.0027. Rel. Des. Caros Alberto Civinski.j. em 10-5-2016).

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU REINCIDENTE. CRIME PRATICADO COM ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. MAIOR GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. ENTENDIMENTO DO STJ.

DOSIMETRIA.

I. PEDIDO DE FIXAÇÃO DO REDUTOR DA

TENTATIVA NO PATAMAR MÁXIMO (2/3 - DOIS TERÇOS). IMPOSSIBILIDADE. ITER CRIMINIS PERCORRIDO. DELITO NÃO CONSUMADO POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À VONTADE DO AGENTE. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/2 (UM MEIO) PELO JULGADOR A OUO. QUANTUM ARBITRADO ADEQUADAMENTE. SENTENÇA MANTIDA. PEDIDO NEGADO.

II. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. MINORANTE RECONHECIDA NA SENTENÇA DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRETENSÃO NÃO CONHECIDA. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO INTEGRAL DO REDUTOR DA PENA COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. INVIABILIDADE. SUBJETIVIDADE DO CASO CONCRETO. APELANTE MULTIRREINCIDENTE ESPECÍFICO. PEDIDO NEGADO.

III. ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA - DO SEMIABERTO AO ABERTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 33 § 2º. "C". DO CP. MULTIRREINCIDÊNCIA

ESPECÍFICA DO RÉU. SENTENÇA MANTIDA. PEDIDO NEGADO.

IV. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA E LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE. RÉU MULTIRREINCIDENTE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 44 DO CP. PRETENSÃO RECHACADA.

RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

Na presente impetração, a Defensoria Pública busca absolvição do paciente pela aplicação do princípio da insignificância ou o afastamento da qualificadora do rompimento de obstáculo diante na inexistência de perícia comprovado do fato.

Requer em liminar a suspensão dos efeitos do acórdão atacado e, no mérito, a concessão da ordem para que "seja ABSOLVIDOO PACIENTE diante da atipicidade material da conduta, visto que o presente caso se trata do furto da irrisória quantia de R\$28,00 (vinte e oito reais). Subsidiariamente, seja DECLARADA a ilegalidade do acórdão impugnado, afastando-se a condenação pelo crime de furto qualificado e desclassificando-se a conduta imputada ao Paciente para furto simples" (fl. 13)

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para

verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator